

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO "MEIO-NORTE" BRASILEIRO

Fábio de Oliveira Matos

Doutorando em Geografia - Universidade Federal do Ceará
fabiomoria@yahoo.com.br

Luana Lima Bandeira Araújo

Mestranda em Geografia - Universidade Federal do Ceará
lbandeiraraju@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre a regionalização do turismo que vem sendo desenvolvida no Nordeste brasileiro, em especial nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão através do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte. Este plano é uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com os governos de cada um dos estados integrantes e tem como objetivo o desenvolvimento regional sustentável dessa sub-região brasileira que apresenta um dos mais elevados níveis de pobreza no país. Para o enfrentamento desse problema, o PDSRT faz do turismo uma ferramenta de combate da miséria dessa região. Assim, faremos uma reflexão sobre a proposta do plano, trazendo à tona a discussão entre o turismo e a elaboração/implementação dessa política pública voltada para o contexto regional, em especial, para a região Meio-Norte. Ao final são colocadas algumas das ações que estão sendo propostas pelo Plano, para assim visualizarmos a sua importância para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Turismo. Regionalização. Meio-Norte.

CONSIDERATIONS ABOUT THE TOURISM REGIONALISATION OF THE BRAZILIAN MID-NORTH

ABSTRACT

This study presents some considerations about the regionalization of tourism that is being developed in the Brazilian Northeast specially in the states of Ceará, Piauí and Maranhão through the Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte (Sustainable Development Plan of the Tourist Region of the Mid-North). This plan is an initiative of the Federal Government of Brazil in partnership with the governments of each of the states members and aims the sustainable regional development of the Brazilian sub-region, which has one of the highest poverty levels in the country. The PDSRT makes the tourism a tool to combat poverty in this region to deal with this problem. A reflection on the proposal of the plan was done bringing up the discussion between tourism and the development / implementation of this policy toward the regional context, especially for the Mid-North region. At the end of the study some of the actions that are being proposed by the Plan are placed, so we can visualize its importance for regional development.

Keywords: Tourism. Regionalization. Mid-North.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, percebe-se, em diferentes localidades, maior esforço por parte dos acadêmicos, das empresas e dos países para compreenderem melhor o fenômeno turístico (BARRETO, 2001), que abrange várias hierarquias de complexidade: social, ambiental, cultural, econômica e espacial. Conforme Santos (2007) foi necessário um longo período para

Recebido em 01/09/2012

Aprovado para publicação em 03/06/2013

que os países percebessem a importância econômica do turismo e passassem a se interessar pelo mesmo como fator gerador de renda e emprego.

Essa situação só passa a ser difundida pelo mundo no início do século XX, e na região do Nordeste brasileiro só veio a consolidar-se, segundo Dantas (2010) a partir do final dos anos 1980. Nessa época são criados alguns programas específicos para o setor, ganhando inclusive maior atenção por parte das diferentes esferas de governo, nos planos federal, estadual e municipal, induzindo as políticas de desenvolvimento econômico em diferentes localidades.

De acordo com o documento "Introdução a Regionalização do Turismo" (2007), mesmo com a criação desses programas a atividade turística ainda está concentrada territorialmente, devendo-se expandir a descentralização e interiorização.

Neste aspecto, no território brasileiro observar-se a necessidade de se planejar o turismo de maneira integrada, em decorrência de sua expansão para diversas partes do país, bem como o aumento de sua importância nas economias locais e nas mudanças socioespaciais (FERREIRA 2009).

Dessa forma, esta pesquisa trata da análise do processo de integração turística do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte, dando ênfase para a reflexão das implicações desse plano no contexto do planejamento turístico e regional nordestino. O PDSRT trata de uma recente política de regionalização do turismo (2009) que tem como base o discurso do desenvolvimento sustentável através da integração turística de noventa municípios de três estados da região do Nordeste: Ceará, Piauí e Maranhão. Fruto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional² (PNDR) a partir do Ministério da Integração em parceria com o Ministério do Turismo³, o Plano apresenta como principal objetivo a promoção de forma integrada do desenvolvimento sustentável dos municípios participantes, para a elevação da qualidade de vida da população (BRASIL, 2009).

Para tal problemática é essencial tecer algumas observações. Primeiramente, é importante observar que ao tratar de termos como Região Meio-Norte ou Região Nordeste, por exemplo, não buscamos uma mera reprodução ideológica de existência das mesmas. Nesse ponto, os estudos de Albuquerque Júnior (2002) contribuíram sobremaneira a respeito da construção teórica em torno da atenção a ser tomada no trato dos elementos constituintes da invenção de uma determinada região. O que cabe aqui questionar não é a existência ou não da região, mas o campo dos usos desse conceito como justificativa de delimitações espaciais para fins determinados. A proximidade histórica que este conceito possui com o vetor político traz à luz um conjunto de complexidades a que vem resultar em uma teia de configurações regionais que passam a sobrepular o arcabouço teórico de sua base conceitual.

É de fundamental importância destacar que este trabalho apresenta objetivos futuros de verificar a aplicabilidade do programa na realidade desses estados. É preciso, em um primeiro momento, conhecer as propostas do programa criado como uma recente política de turismo, para que seja possível a compreensão dos objetivos e desse modo poder perceber onde as diretrizes e estratégias apresentaram falhas e, assim, constatar quais os benefícios e os malefícios que esse programa poderá trazer para essa região. Afinal, esses estados têm em comum um grande potencial turístico, mas, ao mesmo tempo, possuem enormes diferenças sociais e espaciais, além das próprias políticas governamentais.

A ATIVIDADE TURÍSTICA E O SEU CAMPO DE CRESCIMENTO

Inegavelmente, o turismo vem tendo nos últimos anos um crescimento bastante promissor sendo considerado, pela literatura especializada, uma das atividades econômicas que mais tem crescido no cenário contemporâneo (GRAÇA, 2005). Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2011 foi registrado um fluxo de 982 milhões de turistas em todo o

² A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi Institucionalizada através do Decreto nº 6.047 de 22 de Fevereiro de 2007 (Brasil, 2007), tendo como principal objetivo: reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades das regiões no País. Esta política engloba todo o território nacional e é centralizada pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Integração Nacional.

³ O Ministério da Integração Nacional, aprovado pelo Decreto nº 5.847, de 14 de julho 2006 é um órgão do Governo Federal tendo como principal desafio integrar as políticas públicas setoriais numa escala regional.

planeta, um crescimento de 4,6% em relação ao ano de 2010, com uma estimativa de crescimento de 4% para o ano de 2012.

É interessante notar que o crescimento da importância do turismo na economia mundial fez com que surgissem políticas públicas específicas para esse setor. Para se entender essas políticas de desenvolvimento voltadas ao turismo, em especial para a região do Nordeste brasileiro, é preciso perpassar pelas idéias de discursos anteriores que construíram várias imagens dessa região, e destacar como esta se tornou um grande alvo na dinâmica espacial do turismo.

A imagem da região Nordeste sempre esteve ligada às suas condições inóspitas geo-morfo-climáticas, fazendo deste um aspecto que não favoreceu, por muito tempo, seu desenvolvimento econômico e social. Este fato fez com que a imagem da seca e da fome ficassem ligadas negativamente a essa região surgindo uma visão focada na ideia de pobreza, impedindo a apreensão dos desdobramentos a favor de seu desenvolvimento econômico. Este imaginário, como demonstra Dantas (2009), surge quando a seca se torna uma referência aos problemas socioeconômicos (a fome, a miséria, o subdesenvolvimento). De acordo com Castro (1992, p. 59):

A imagem projetada da região era a caatinga ressequida, a indefectível carcaça de um boi e os retirantes, magros, com seus poucos pertences entrouxados e equilibrados sobre a cabeça. [...] Afinal, trava-se de um pedaço do país pouco aquinhado pela natureza. A culpa da miséria era dos céus e não dos homens. A estes cabiam tentar minorar os seus efeitos com recursos técnicos e financeiros que, naturalmente, deveriam vir de onde eles existissem. [...] Os problemas sociais aí eram ofuscados pela questão maior da seca e pela necessidade de preservar uma atividade econômica regional.

Essa observação já tratada por Dantas (2009), afirma que até os anos 1970, os investimentos na área do turismo no Brasil eram pouco explorados, com exceção de alguns estados, como o Rio de Janeiro. No final do século XX, este fenômeno surge como uma força social, cultural, política e econômica capaz de movimentar milhões de pessoas e bilhões de reais em todo o país.

A indicação da imagem positiva do nordeste do Brasil a partir do final dos anos 1980, associada à possibilidade de exploração turística das paisagens litorâneas tropicais, induz políticas de desenvolvimento econômico cujos desdobramentos se dão, grosso modo, na estruturação das metrópoles nordestinas [...] (DANTAS, 2010, p. 09).

Essa lógica de pobreza e atraso econômico associada à região retoma a lógica da construção do Meio-Norte. Sustentado no seu discurso desenvolvimentista com o propósito de combater a pobreza dos municípios participantes, o Plano faz do Turismo um meio de fortalecer a economia da região, deixando de lado os fatores sociais e culturais da população local.

É diante desse cenário que os discursos para o Nordeste brasileiro são voltados para uma nova representação da sua imagem, vinculando-se a uma visão positiva do semiárido. O Estado do Ceará é um exemplo que ilustra bem as transformações ocorridas na Região. A partir da criação de políticas públicas inovadoras, como o PRODETURIS em 1989, se houve a valorização das praias como mercadoria política para o Estado. Desta forma, o Ceará caracteriza-se como o pioneiro no domínio de políticas voltadas para esse setor, passando a ser considerado como um guia aos empreendedores, e um indicador para as programas oficiais e para as políticas públicas de planejamento turístico do litoral cearense. Vale ressaltar que este fator é de fundamental importância para o entendimento do PDSRT. Tendo o Ceará como pioneiro no planejamento turístico, podemos considerá-lo como o estado que se destaca no referido Plano, principalmente quando nos referimos aos investimentos direcionados aos vinte e dois municípios cearenses participantes.

Assim, estudos realizados por vários autores, direcionados para este tema, têm contribuído para o entendimento da atividade turística e os seus impactos no espaço brasileiro. Um dos efeitos do turismo mais evidenciados é o seu contributo para o desenvolvimento regional.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O “TURISMO REGIONAL”

Cabe neste momento entendermos o sentido da expressão “Turismo Regional”. Esse termo, que trás duas palavras distintas, o Turismo juntamente com um conceito básico da ciência

geográfica a Região, não podem ser somados. De acordo com Steinberger e Silva (2009), o Turismo Regional trata-se, de uma expressão nova que de fato esta calcada no binômio turismo-região, mas que deve merecer um entendimento próprio, fundado em uma relação simultânea e biunívoca.

Desta forma, para se chegar ao entendimento desse termo é preciso realizar uma breve exposição de cada um isoladamente. Cabe ressaltar que não será é nossa pretensão empreender uma conceituação exaustiva sobre os conceitos de Turismo e de Região, e sim, uma breve apresentação destes de modo que contribua para a construção do conhecimento em torno da temática abordada.

Torna-se necessário conceituar, definir e delimitar a prática do turismo, pois "foram estabelecidos tantos e tão variados conceitos de turismo quanto o número de escritores e organizações que existem e tentam defini-lo" (MOLINA, 1997, p.11). Segundo Souza (2005) até os dias atuais ainda não se chegou a um consenso terminológico. Profissionais de várias áreas têm sido tendenciosos ao expressar os seus conceitos, o que de certa forma acaba por dificultar seu entendimento.

Diante das várias concepções de turismo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) traz uma definição que acenam à amplitude de possibilidades presentes nesse setor, porém é uma definição simplista e que não exemplifica toda a complexidade do fenômeno turístico em si. Segundo a instituição "o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios ou outras" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2001, p.38). Já para Cruz (2003) devemos entender o turismo, antes de tudo, como uma prática social, "[...] que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo" (Idem, p. 5).

De acordo com Dias e Aguiar (2002, p.21) a palavra "turismo" deriva do latim *tornus*, que significa a ação de movimento e retorno. No entanto a palavra tornou-se uma atividade que tem estendido suas raízes pela história e que por muito tempo sua conceituação ficou ligada a questões econômicas. Ainda de acordo com esses autores, a primeira definição do conceito de Turismo, foi escrita pelo economista austríaco Hermann Von Schullernzu Schattenhofen, em 1911. Este afirmava que turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado.

Com o passar do tempo, novas definições foram surgindo e o conceito sobre turismo foi se tornando mais completo. De acordo com Beni (2002, p. 36), o turismo é um "[...] estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora", desta forma, o turismo passa se tornar uma atividade que vai além do deslocamento de pessoas e de questões econômicas, mas sim, este ultrapassa o lazer, pois acaba modificando as relações sociais, a história e o próprio espaço onde por ventura venha a se instalar.

Cruz (2005) afirma que nos anos 1990 houve a redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro. Após longos anos o turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental, processo este que culmina, em 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

Quanto ao conceito de região, aqui também será exposto algumas considerações tentando deste modo interligá-lo ao Turismo para assim tentar articular com o recente termo de regionalização turística.

No senso comum, no nosso cotidiano o termo Região é tratado como uma forma de referência de diferentes lugares, ou mesmo de uma divisão regional sendo reconhecida na perspectiva de unidade administrativa. Na Geografia, o uso desta noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego deste mesmo conceito nos impõe. (GOMES,2006, p. 54).

Sabe-se que muitas são as ciências que evocam a região para localizar fenômenos e objetos de estudo. No entanto, convém salientar que é na Geografia que se encontram as bases do desenvolvimento de conceitos e noções relativos à região (LENCIONI, 1999). Para Corrêa (1986) a raiz da geografia está na busca e no entendimento das diferenciações de lugares, regiões, países e continentes. Se não houvesse diferenciação de áreas, certamente a geografia não teria surgido.

Ainda de acordo com Corrêa (2003) desde a institucionalização da Geografia como disciplina, até aproximadamente 1970, três foram às grandes acepções de região entre os geógrafos: A primeira acepção se destacava a região natural, concebida a partir de condições físicas (clima, relevo, vegetação); a segunda, a região passava a ser vista como região-paisagem, com base neokantiana. E a terceira acepção, a região é proveniente de uma criação intelectual, criada a partir de um propósito específico dos geógrafos, as chamadas regiões homogêneas e funcionais numa lógica positivista.

Para Hartshorne (1978) a região constituiria um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador. Nessa perspectiva a região passa a ser entendida como uma criação intelectual, moldada de acordo com os objetivos dos pesquisadores.

Já Santos (1985) propõe outra conceituação de região:

[...] A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença [...] de capitais fixos, exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas, e de seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações sociais. [...] a região, como lugar de realização de atividades produtivas [...] a região e o lugar são funcionais do todo.

Portanto, para Haesbaert (2005, p.5):

Pensar em região, portanto, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja priorizando o campo epistemológico, como um procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja numa esfera ontológica, como processo efetivamente vivido e produzido pelos grupos sociais. Ao incorporar como dimensão primeira o espaço, isto não significa que a regionalização prescindia de uma análise centralizada na ação dos sujeitos que produzem este espaço e na interação que estes produzem, seja com a “primeira”, seja com a “segunda” natureza”

Haesbaert (2005) explica a importância de caracterizar a problemática da região e da regionalização a partir da produção do espaço, tanto pela interação da sociedade e natureza como pelas relações sociais concretas com especial destaque para o papel do Estado com as suas iniciativas de “criação de regiões”.

Desta forma a regionalização na contemporaneidade nos traz novas visões em relação à própria atividade turística. Isso irá ocorrer principalmente com o surgimento de novas políticas de desenvolvimento trazendo à tona a constituição de novas regionalizações como é o caso da região do Meio-Norte brasileiro. De acordo com Cunha (1997, p. 287)

(...) nenhum outro sector econômico garante, melhor que o turismo, a estreita conexão que deve existir entre o desenvolvimento regional e o desenvolvimento nacional na medida em que os efeitos econômicos e sociais do turismo, verificados numa região, se repercutem no todo nacional.

Perante tais indagações, podemos assim destacar que o conceito de região vem sendo utilizado largamente sem ter seu devido tratamento epistemológico, no que se refere à elaboração de planos regionais. Este fato pode ser visualizado nos termos que servem para designar elementos do turismo, como por exemplo, o “Turismo Regional” ou “Região Turística”. A região utilizada no PDSRT como “região turística do Meio-Norte” também se encontra vinculada a esse campo genérico, além disso, passa a ser um exemplo das várias propostas de planos regionais de desenvolvimento do país. Por conta do fracasso de vários planos regionais elaborados pelo Estado houve o descrédito do próprio conceito de região. Segundo Breitbach (1988) a necessidade de utilizar o termo região passa a designar, antes de tudo, uma área territorial escolhida sob um critério subjetivo conforme a necessidade do pesquisador naquele momento. Ainda de acordo com o autor:

As conseqüências da utilização indiscriminada e subjetivo do conceito de região se fazem sentir, com muito a ênfase, principalmente quando se trata de planejamento regional. Frequentemente, o conceito de região, subjacentes a planos e programas normalmente disponíveis, não ultrapassam e muito as abordagens geográficas e administrativas no sentido escrito, quer dizer, a delimitação meramente territorial do espaço. Ora, tal noção não contempla a realidade regional em seu conjunto, nem a relação dessa com o espaço, prejudicando a percepção da realidade e comprometendo a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados. Os planejadores deparam-se, então, com as necessidades de "controlar" as desigualdades regionais num contexto capitalista, o qual, devido a sua própria natureza, as produz e reproduz sistematicamente, como condição essencial de sua sobrevivência [...]. (BREITBACH, 1988, p. 19)

Dessa forma, a região passa a ser um conceito que auxilia a elaboração de planos de desenvolvimento voltados para o turismo, mesmo que suas bases epistemológicas não sejam evidenciadas. Este fato ocorre na própria elaboração do PDSRT que não leva em consideração as complexidades da formação da Região Meio-Norte, e os conflitos existentes nessa região desde a era Colonial, como a zona de Litígio entre o Ceará e o Piauí. Esses fatos serão evidenciados no próximo tópico desse artigo.

O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O CASO DA REGIÃO MEIO-NORTE

O processo de regionalização turística é uma ação nova que vem ganhando um maior destaque nos últimos anos no Brasil. Esta ação passou a ganhar maior ênfase a partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, através do programa do governo de Luis Inácio Lula da Silva que programou um novo modelo de desenvolvimento para o país, fazendo do Turismo um dos dez setores de prioridade de sua gestão.

Portanto, o Ministério Turismo tem como missão:

[...] promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria de sua infra-estrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e no exterior (BRASIL, 2007, p. 43).

Com a criação desse ministério houve importantes contribuições para o planejamento e gestão da atividade turística no contexto nacional, tendo avanços significativos com as publicações do PNT "Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003/2007" e com o PNT "Plano Nacional do Turismo 2007/2010: um viagem de inclusão", produtos da Política Nacional do Turismo implementada pelo referido governo (FERREIRA, 2009). Desta forma, de acordo com o PNT 2007/2010 o modelo de gestão pública na área de turismo é de forma descentralizada e participativa, de modo a reduzir as desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos vários agentes sociais.

A elaboração da segunda versão do PNT se efetuou como um documento complementar ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O PAC "propõe ações, metas e um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura, bem como medidas de incentivo aos investimentos privados, aliados a uma busca de melhoria na qualidade do gasto público" (BRASIL, 2007, p.13). A confluência entre PAC e o PNT-2007 gera um conjunto de complexidades acerca da definição sobre o que seria, afinal, o Plano Nacional de Turismo. Sendo ambas as propostas métodos de aplicação de investimentos em infraestrutura básica, podemos afirmar *a priori* que um mesmo projeto de reforma de um aeroporto, por exemplo, encontra-se interligado tanto ao plano de turismo, quanto ao mesmo momento também é parte do PAC.

Dessa forma, de acordo com PNT o turismo do Brasil carece de uma gestão descentralizada já que o que vemos hoje é uma atividade turística bastante concentrada territorialmente. Segundo Matos (2010), o governo assume que a descentralização e interiorização devem ser incentivadas, se definindo padrões de qualidade que possam se adequar às diversidades regionais do País, considerando as exigências da competitividade internacional.

É nessa perspectiva da regionalização do turismo que é elaborado o "Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil" que nos possibilitou entender o objeto

de estudo em questão. De acordo com o documento "Introdução a Regionalização do Turismo" este programa confirma e concretiza os princípios norteadores do PNT, que se fundamenta na descentralização das decisões e das ações, nos âmbitos estadual, regional e municipal. O PRT segue as estratégias e linhas estabelecidas nas Diretrizes Políticas do Programa: Gestão Coordenada, Planejamento Integrativo e Participativo e Promoção e Apoio a Comercialização.

Nesta última diretriz o "Macroprograma Promoção e Apoio à Comercialização", traz um termo muito significativo com relação à região. Este designa um novo tipo de turismo, presente nas metas do documento que se refere ao turismo regional, no qual propõe:

[...] focar destinos turísticos selecionados, de modo a se constituírem em indutores do desenvolvimento do turismo regional e da roteirização turística, gerando modelos e referências para os demais destinos turísticos no Brasil, conforme o mapeamento apresentado pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2007, p. 47).

Para a realização da regionalização do turismo, houve a necessidade de um mapeamento de todo o território brasileiro. No ano de 2004 foi elaborado o primeiro mapa da regionalização do turismo com a identificação de 219 regiões turísticas tendo como objetivo alinhar a política nacional de Turismo nos três níveis de governo, além de estimular o incremento da competitividade nos destinos e promover a cooperação e integração entre os municípios. Em 2005 por conta da dinâmica dos municípios envolvidos na regionalização é realizado um novo mapeamento. O relançamento do mapa ocorreu em 2009 com a participação de 272 regiões.

De acordo com o Ministério do Turismo no ano de 2012 será feita uma revisão dos critérios que formam as 276 Regiões Turísticas do Mapa da Regionalização do Turismo Brasileiro. O objetivo da revisão é fortalecer a atuação integrada e efetivar a gestão descentralizada das políticas de turismo no país.

Partindo desse contexto de regionalização do turismo que é criado, em 2009, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte brasileiro, integrando municípios dos estados do Ceará, Maranhão e Piauí. Este plano é inserido na estratégia do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional passando a ser pensado a partir das regiões com baixos patamares de renda *per capita* assim como fragilidades econômicas, mas que, ao mesmo tempo, tem um potencial turístico privilegiado.

O objetivo geral do PDSRT – Meio-Norte é promover de forma integrada o desenvolvimento sustentável dos municípios que contemplam a região do Plano, valorizando o patrimônio natural e socio-cultural e viabilizando atividades econômicas inclusivas, dinâmicas e inovadoras, para a elevação da qualidade de vida da população (BRASIL, 2007).

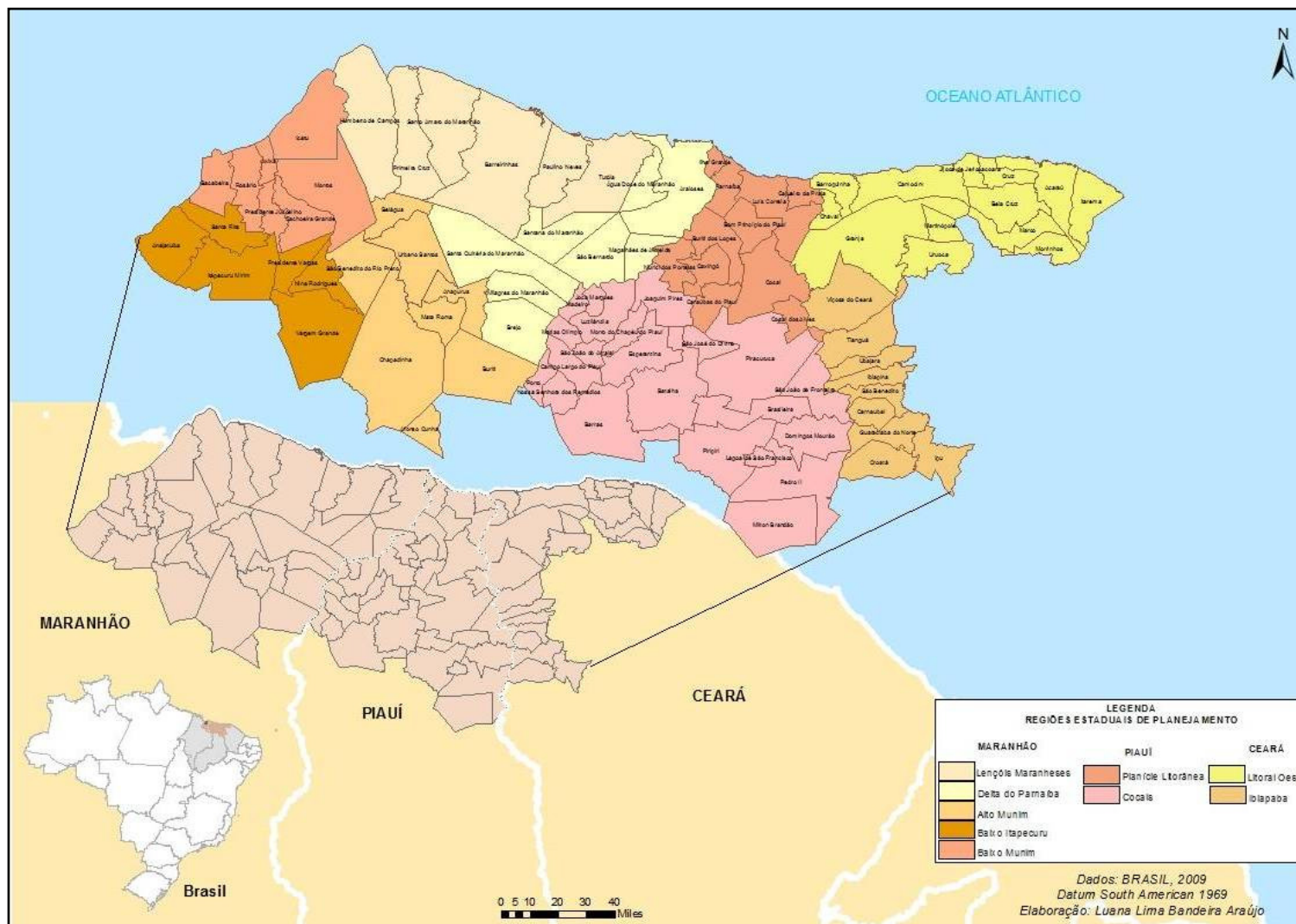
Dessa forma, a área do Plano compreende as regiões estaduais de planejamento do nordeste maranhense, norte piauiense e noroeste cearense, nas quais estão inseridos os potenciais turísticos descritos. Estas regiões são: no Maranhão, as regiões de Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Alto Muni; no Piauí, as regiões da Planície Litorânea e Cocais; e, no Ceará, as regiões do Litoral Norte e Ibiapaba, compreendendo um total de 77 municípios (BRASIL, 2009).

Vale ressaltar que recentemente foram inseridos outros 13 municípios maranhenses no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT) (Mapa 1). O anúncio foi feito pelo técnico do Ministério da Integração Nacional e coordenador geral do Plano, Júlio Miragaya, durante reunião dos integrantes do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁴. Desta forma, o Plano passou a ter em sua área de abrangência, 90 municípios, envolvendo uma área de 77,87 mil km² ou 4,2% da área territorial do Nordeste. (Quadro 1).

O processo de elaboração do plano baseou-se na metodologia do planejamento territorial participativo, sendo observadas três condições essenciais que vão deste o envolvimento de diversos órgãos setoriais, passando pela participação efetiva dos estados e municípios integrantes até a própria participação social.

⁴ Em: <http://www.educadora560.com.br/noticias/mais-13-municipios-sao-incluidos-no-plano-turistico-do-meio-norte/>. Acessado em 20 de Junho de 2013

Mapa 1: Localização da Área de abrangência do PDSRT do Meio-Norte.



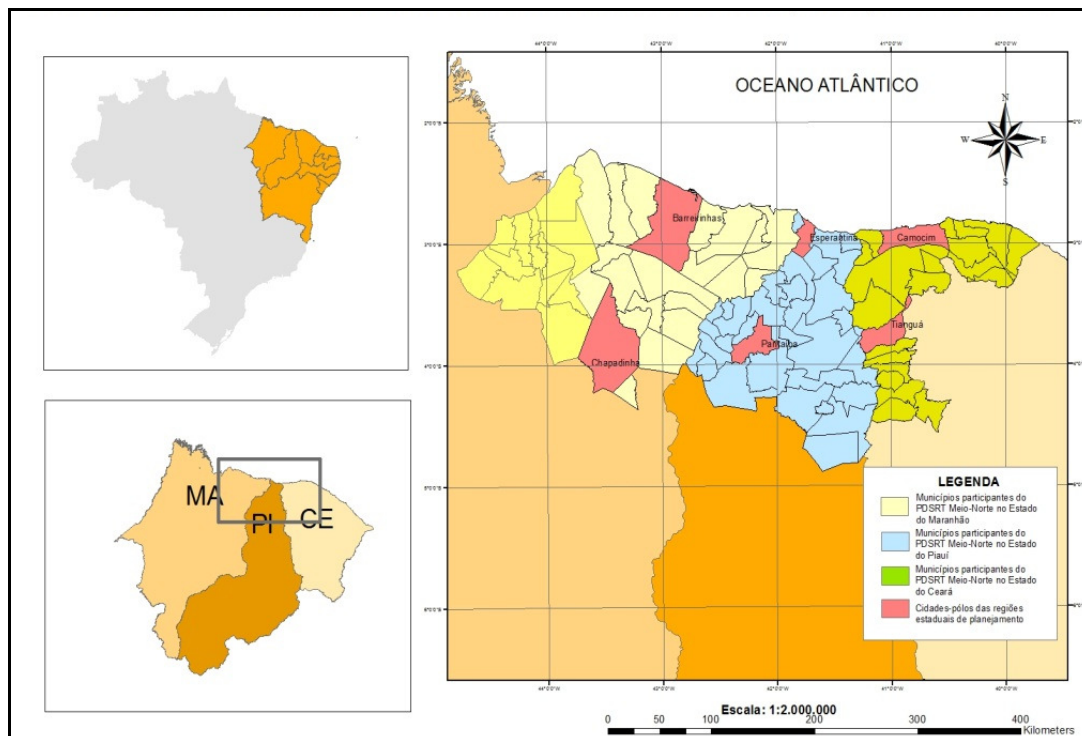
Quadro 1: Indicadores Demográficos da Área do Plano

Região	Área (Km ²)	População Residente Estimada (2009)	Densidade Demográfica 2009 (hab./Km ²)
MARANHÃO			
Lençóis Maranhenses	10717,3	161722	15,09
Delta do Parnaíba	8306,3	174077	20,96
Alto Munim	9287,3	177144	19,07
Baixo Munim	5815,87	135545	23,3
Baixo Itapecuru	6066,54	181093	29,9
PIAUÍ			
Planície Litorânea	5920,6	266163	44,96
Cocais	17702,6	377689	21,34
CEARÁ			
Litoral Oeste	9326,6	378296	40,56
Ibiapaba	4736,1	340499	71,68
TOTAL GERAL			
	77.879,21	2.192.228,00	28,14

Fonte: BRASIL, 2009.

Para a efetivação dessas etapas, em Agosto de 2009, foi realizada consultas públicas em seis “cidades-pólos” (Mapa 2) das regiões estaduais de planejamento: Barreirinhas (Lençóis Maranhenses) e Chapadinha (Alto Munim e Baixo Parnaíba) no Maranhão; Esperantina (Cocais) e Parnaíba (Planície Litorânea) no Piauí; Camocim (Litoral Oeste) e Tianguá (Ibiapaba) no Ceará, com a participação de 2.250 pessoas.

Mapa 2: Mapa de localização destacando os municípios “cidades-pólos” das regiões estaduais.



Mesmo alegando um discurso regionalista e de participação social, as consultas públicas do PDSRT não se detiveram a “participação” efetiva das comunidades na elaboração do plano, visto que a sua construção já estava estabelecida. Desta forma, podemos constatar que se houve uma apresentação de um projeto já pré-acordado. Além disso, se reparamos no Mapa 2

podemos observar que as cidades "pólos" fazem a promoção de um roteiro turístico já concretizado a nível internacional, conhecida como a "Rota das Emoções". Esta rota se torna a base de sustentação do discurso de potencialidade turística do PDSRT, na qual pretendem viabilizar a integração de três principais destinos (Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara), a partir da oferta de roteiros integrados e ações de organização, estruturação, promoção e comercialização desse roteiro.

Outro fator importante com relação ao PDRST – Meio-Norte é a infraestrutura de apoio ao turismo. De acordo com o PNT o turismo no Brasil ainda carece de uma infraestrutura de apoio que possa propiciar o desenvolvimento de qualidade e sustentabilidade, principalmente quando se refere a acessibilidade.

Quadro 2: Ações prioritárias do Plano Meio-Norte

TRANSPORTE RODOVIÁRIO
<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação e pavimentação da BR-402 no trecho Barreirinhas – Barro Duro (77 km).➤ Implantação e pavimentação da BR-222 no trecho Piri-piri (PI) – Matias Olímpio (PI) e construção da ponte Matias Olímpio (PI) – Brejo(MA).➤ Conclusão da ponte Luzilândia (PI) –S. Bernardo (MA).➤ Implantação e pavimentação da BR-404 no trecho Poranga(CE) – divisa CE/PI.➤ Restauração de trechos das BR-222, BR-343, BR-403 e BR-404.
TRANSPORTE AÉREO
<ul style="list-style-type: none">➤ Conclusão do Aeroporto Internacional de Parnaíba (PI), porta de entrada do turismo na região (em ampliação com recursos de R\$ 30 milhões do PAC com capacidade para 130.000 passageiros/ano). Estudo de viabilidade para terminal de carga.➤ Ampliação e melhoria dos aeroportos de Barreirinhas, Chapadinha e de Camocim.
TRANSPORTE MARÍTIMO
<ul style="list-style-type: none">➤ Porto de Luís Correia. Retomada das obras de construção com recursos de R\$64 milhões do PAC. Realização de estudo de viabilidade econômica-financeira.➤ Construção do Terminal passageiros/cargas de Tutóia.
ENERGIA
<ul style="list-style-type: none">➤ Ligação elétrica de 100% dos domicílios rurais até dezembro de 2010 (Programa Luz para Todos).➤ Ampliação da oferta energética na região, mediante melhorias e implantação de linhas de transmissão e sub-estações de 230, 138 e 69 kv, de forma a permitir a instalação de empreendimentos de grande porte.➤ Construção de 5 novas UHEs no rio Parnaíba (com construção de eclusas).

Fonte: BRASIL, 2009

O que se percebe a partir do Quadro 2 é a priorização dessas ações destinadas ao turismo sol e praia, isto é, aos municípios litorâneos, principalmente aos que fazem parte do roteiro da Rota das Emoções. O fato é que para além dos agenciamentos financeiros para a construção dessas vias de acesso, também existe o caso desses principais destinos (Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses) se encontrarem em parques ambientais. Essas estratégias põem em contradição ao próprio discurso sustentável do Plano, afinal, ao priorizar obras de acessibilidade entre esses pontos turísticos acabam por colocar em risco a própria zona costeira que é considerado um local de fragilidade ambiental. De acordo com Coriolano (2007 p. 314) "As políticas de turismo [...] estão vinculadas a interesses elitistas, tornando-se um grande desafio construir a sustentabilidade que, ao contrário remete ao que pode ser mantido ao longo do tempo." Dessa maneira, a sustentabilidade significa segunda a autora:

[...] política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuos sem prejuízo do ambiente (inclusive dos recursos naturais), de cuja qualidade depende a continuidade da vida, da atividade humana, do desenvolvimento e

da capacidade dos animais e das plantas se reproduzirem ao longo do tempo. (CORIOLANO, 2007, p. 314).

Tendo em vista os atrativos naturais dessa região, estes ambientes acabam se tornando a matéria-prima para o desenvolvimento turístico nessas localidades. Dessa forma, ações de infraestrutura para a região Meio-Norte a fim de buscar a integração dos destinos turísticos integrantes acabam interferindo nessa lógica de sustentabilidade. Ainda assim, muitas das ações prioritárias não foram iniciadas e a maioria ainda se encontra inacabadas. O que vale ressaltar é que as obras destacadas no Quadro 2 já eram prioridade dos próprios Estados envolvidos, ou seja, o PDSRT não evidencia um ator financiador das obras. Um exemplo claro dessas propostas de infraestrutura é a polemica construção do Porto de São Luís que desde o início de sua construção em 1976 ainda se encontra inacabado.

Podemos assim perceber que várias são as estratégias e investimentos em infraestrutura previstos para a área de abrangência do Plano Meio-Norte, o fato é que desde sua construção em 2009 as obras continuam paradas e nada foi realizado na região. Os municípios de Barreirinhas (MA), Jijoca de Jericoacoara (CE) e Parnaíba (PI) nos quais se encontram os Parques Naturais não possuem uma infraestrutura viária de integração. Esse fato contraria a lógica de potencialização turística dos noventa municípios da região Meio-Norte visto que a Rota das Emoções é o seu principal eixo de valorização turística da região.

PARA NÃO CONCLUIR

Analisar o PDSRT do Meio-Norte possibilita observar a repetição dos ranços que perpassa a história regional brasileira, marcada por divisões que longe de propor a formação de redes de confluências, terminam por buscar justificar alguma política redencionista, aqui claramente marcada pelo PAC.

Observando a proposta regional, percebe-se o discurso que visa à abrangência de políticas de infraestrutura generalizantes elaboradas para a efetivação da atividade turística, sobretudo nos três núcleos principais – Lençóis (MA), Delta (PI) e Jericoacoara (CE) – sobre o qual se projeta a expansão do referido “desenvolvimento sustentável”, apresentado no título do referido plano, no modo de fluxos radiais a partir do entorno do tri-núcleo regional.

Assim, nota-se numa vertente a criação de um discurso simbólico entoando a unidade desses três polos turísticos – unidade essa assentada pela ótica ambiental, histórica e cultural – ao mesmo momento que numa segunda vertente é proposto à estruturação de vias de interligação entre essas três localidades, até então inexistente. Surge nesse contexto o termo *vocacional* para o turismo, a fim de justificar a proposição dessa política de regionalização e ocultar a falta de projetos específicos sobre as intencionalidades com a elaboração do referido plano.

BIBLIOGRÁFIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 11.ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2001.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte**. Brasília: MiN, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Uma viagem de inclusão 2007-2010** / Ministério do Turismo. Brasília, 2007.

BREITBACH, Á. C.de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade; o discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.

- CORIOLOANO, L. N. M. T. A Utopia da Sustentabilidade no Turismo. In: CORIOLOANO, Luzia N.M.T.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Turismo e a relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: UECE, 2007, p. 314-325.
- CORRÊA, R. L. Algumas considerações sobre análise regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v 49, nº 4, p 47-52, 1987.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.
- CRUZ, R.de C. A. de. **Introdução a geografia do turismo**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, R. de C. A. de. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.
- CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Alfragide: McGraw-Hill, 1997.
- DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DANTAS, E. W. C., FERREIRA, A. L., CLEMENTINO, M. do L. M. **Turismo e Imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DIAS, R.; AGUIAR, M. R. de. **Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições**. São Paulo: Alínea, 2002.
- FERREIRA, L.da S. **Planejamento e ordenamento territorial do turismo na região metropolitana de Natal-RN**, 2009. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- GOMES, P.C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GRAÇA, I. M.. **A política do turismo como inserção do maranhão na economia mundializada: os Lençóis Maranhenses em foco**. II Jornada de Políticas Públicas, modalização e estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania. São Luis, 2005.
- HAESBAERT, R. Região: Trajetos e Perspectivas. In: **Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada**, 2006, Porto Alegre. Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada e das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre : PUCRS, 2005.
- HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MATOS, F. de O. **Bases para o estudo da imagética na pesquisa em geografia do turismo**. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.
- MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. São Paulo: EDUSC, 2005. 126p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- SANTOS, J. B. N. dos. **Análise de projeto de desenvolvimento para o APL de turismo de Jericoacoara**. 2001. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Gestão de Projetos de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais realizado pela CEPAL) Brasília, 2007.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- SOUZA, H. M. R. de; SOUZA, R. R. de. Terceira idade e turismo. In. TRIGO, Luis Gonzaga Godói; NETTO, Alexandre Panosso; CARVALHO, Mariana Aldrigui, PIRES, Paulo dos Santos (orgs.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- STEINBERGER, M. ; SILVA, A. M. S. E. . A região turística de Brasília: uma proposta para discussão. In: Marília Steinberger. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. 1ª ed. Brasília: LGE, 2009, v. 1, p. 275-299.